

Dialética da insularidade: notas para a compreensão da hegemonia popular

[Dialectics of insularity: notes for understanding popular hegemony]

REVISTA
com **política**

Revista Compólitica

Ano 2023, v. 13, n.1

<http://compolitica.org/revista>

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2023.13.561

Pablo Nabarrete Bastos

Universidade Federal Fluminense (UFF)

[Fluminense Federal University]

Resumo

Este artigo parte da reflexão crítica relacionada ao risco de insulamento dos movimentos populares, de suas lutas e da comunitária, popular e alternativa comunicação desenvolvida por eles. Conquanto possibilite potencialmente a participação política e a visibilidade das pautas de interesse popular, esse processo comunicacional é por vezes restrito ao universo cultural e semântico das organizações populares responsáveis por essa comunicação. É objetivo deste artigo contribuir com a compreensão da categoria “hegemonia popular”, mediação teórica e política com potencial para a superação dessa condição de insulamento e encontro com um comum político emancipatório. Metodologicamente, o foco central do artigo é a pesquisa bibliográfica fundamentada na teoria crítica e no método dialético, mas também utilizamos alguns dados de pesquisa empírica que realizamos com redes de organizações populares, a partir de análise documental, para demonstrar alguns esforços para encontrar o comum na luta pela hegemonia popular.

Palavras-chave: *hegemonia popular; engajamento; cidadania ampliada.*

Abstract

This article begins with a critical reflection on the risk of insulation of popular movements, their struggles, and the community, popular, and alternative communication developed by them. While potentially enabling political participation and the visibility of popular interest agendas, this communication process is sometimes restricted to the cultural and semantic universe of the popular organizations responsible for this communication. This study aims to contribute to the understanding of the “popular hegemony” category, a theoretical and political mediation that can overcome this condition of isolation and find an emancipatory political common. The central methodological focus of this study refers to a bibliographical research based on critical theory and the dialectical method but it also uses some data from empirical research we have conducted with networks of popular organizations based on documental analysis to show some efforts to meet the common in the struggle for popular hegemony.

Keywords: *popular hegemony; engagement; extended citizenship.*

Dialética da insularidade: notas para a compreensão da hegemonia popular

Pablo Nabarrete BASTOS

Há múltiplas determinações que podem levar um sujeito, individual ou coletivo, a uma situação de insularidade. O que caracteriza fundamentalmente o insulamento é a ausência, ou as limitações, de condições materiais e simbólicas para o encontro com o outro, para a partilha de um comum vinculativo que possibilite se reconhecer no outro e antecipar a alteridade (Sodré, 2014a). O caminho para a superação da insularidade está invariavelmente na construção de condições materiais e simbólicas para esse encontro, em suma, está na busca do comum, em um processo comunicacional. Na concepção materialista dialética aqui adotada, a comunicação tem perspectiva ontológica na formação do ser social, como práxis, na formação de classe e na formação hegemônica ético-política. E nessas três miradas, a comunicação é o meio para a superação do insulamento, para a constituição do ser social, da classe social e da consciência política, como mediação para a unidade política e de classe.

Na explanação sobre a formação da classe burguesa, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, Marx e Engels (2012, p. 87) postulam que a “expansão comercial e o estabelecimento de comunicações” possibilitaram que a burguesia crescente em cada cidade se reconhecesse e se unisse em torno dos mesmos interesses na luta contra a nobreza rural. Ainda conforme Marx e Engels (2012), essa conexão construída entre as diferentes cidades proporcionou condições comuns, que se transformaram em condições de classe. Ao mencionarem “o estabelecimento de comunicações” entre as cidades, claro que os autores se referiam principalmente às redes materiais de comunicação, às ligações por estradas. Estas, por sua vez, geraram processos de comunicação e identificação entre a burguesia, o que proporcionou as “condições comuns” que erigiram as condições de classe.

Outra maneira de conceber a interação e comunicação, fundamental para este artigo, também conforme a ontologia materialista, está na relação entre interação e práxis política. Na análise desenvolvida por Coutinho (1992), Lukács superou dialeticamente a teoria de Marx sobre interação ao mostrar que, nas formas mais evoluídas de práxis social, de trabalho, ganha destaque a “ação sobre outros homens”, no sentido da adoção de determinadas posições teleológicas. Coutinho (Coutinho, 1992, p. 63) denomina esse desenvolvimento ontológico da interação de *práxis interativa*, que é a

dimensão política da práxis social. O filósofo político brasileiro destaca a dimensão do convencimento, das normas e valores inerentes à práxis interativa, no agir sobre a ação do outro. Nesse aspecto, por envolver normas e valores, o conhecimento envolvido na práxis interativa não tem eficácia somente como ciência, como reprodução do real. Conforme Coutinho (Coutinho, 1992, p. 64), Gramsci vai denominar como “ideologia” esse conhecimento próprio da práxis interativa. “Portanto, para Gramsci, a ideologia — enquanto concepção de mundo articulada com uma ética correspondente — é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens” (Coutinho, 1992, p. 65).

Ainda de acordo com Coutinho, o reconhecimento de que na práxis interativa a consciência mobilizada é de tipo axiológico é “uma contribuição essencial para a compreensão ontológica da práxis política, que é uma esfera decisiva da interação social em geral”. Podemos concatená-la à argumentação de Sodré (2014a) acerca do vínculo como “heterotopia simbólica” (Sodré, 2014a, p. 301) inscrita na dimensão comunitária. Conforme o autor, o vínculo não se caracteriza pelo caráter semântico, mas pelo simbólico, no qual opera a disposição afetiva, que atua nas tramas e codificações inconscientes. Esse deslocamento de lugar, expresso etimologicamente na categoria “heterotopia”, movimenta o sensível e possibilita a abertura ao outro, ao vínculo. Situando o debate na dimensão política, para além de um processo de convencimento com possíveis implicações no engendramento de hierarquias discursivas e organizacionais no âmbito dos movimentos populares, a práxis interativa só se realiza efetivamente se for dialógica e vinculativa. Conforme Freire (1977), na perspectiva dialógica, que também está na base do sentido comunitário, não há e nem pode haver hierarquias, invasões culturais, manipulações e conquistas, mas engajamento comum na práxis transformadora da realidade.

Schneider (2012, p. 281) compreende que o universo da comunicação contra-hegemônica pode ser identificado por práticas comunicacionais, cujo objetivo principal pode ser definido como implementação da cidadania ampliada. A noção de cidadania ampliada articula a manutenção dos direitos civis, políticos e sociais existentes, ou seja, a conquista dos direitos também benéficos para as classes populares dentro da institucionalidade hegemônica, com o “combate à desigualdade econômica que impede, em graus variáveis, sua efetivação” (Schneider, 2012, p. 285). Dessa maneira, conclui Schneider, para além do aspecto descritivo dessa expressão, destaca-se o caráter politicamente estratégico para lidar com possíveis opositores na luta pela implementação da cidadania ampliada. Certamente, o marxismo questiona as limitações da cidadania em uma hegemonia política burguesa, e a ocultação da estrutural contradição entre capital e trabalho inerente a esta, por isso o esforço teórico

crítico para pensar e construir a cidadania ampliada, baseada na crítica ao capital e em um projeto popular de superação da sociedade de classes, o que é indissociável da luta pela/na comunicação.

Feitas essas considerações iniciais, podemos questionar a afirmação de Signates e Moraes (2016, p. 23) de que a noção mais “incomunicacional” de cidadania¹ é a marxista. Para fazer essa afirmação, os autores se baseiam nas reflexões críticas de Viana sobre o conceito, cuja argumentação conclui que a cidadania, como concretização dos direitos do cidadão, significa a integração do indivíduo na sociedade burguesa por intermédio do estado (Viana, 2003). Ora, a avaliação de Viana está correta. A argumentação de Signates e Moraes sobre o caráter “incomunicacional” de cidadania parte de leitura mecanicista de marxismo, que ignora a dimensão comunicacional na formação política, de classe e na luta por cidadania ampliada. Dito de outra maneira: “a comunicação para a cidadania pode criar as condições culturais e pedagógicas para a construção de um projeto de hegemonia popular, mas nesse projeto a cidadania jamais pode ser um fim, mas um meio e um método de possível encontro com o comum” (Bastos, 2021b).

O caminho de nossa crítica com relação ao que entendemos como um processo de insulamento das lutas populares está na dimensão científica e ético-política. Identificamos em muitos estudos de comunicação comunitária, popular e alternativa um uso banalizado e hipostasiado da categoria “contra-hegemonia”. É recorrente, por exemplo, a perspectiva de um caráter imanentemente contra-hegemônico da comunicação comunitária, o que pode ser refutado na teoria e na práxis. Identificamos também fragilidades nas diferentes instâncias de organização e luta na capacidade de inteligibilidade e comunicação interna do campo popular, o que limita seu potencial contra-hegemônico. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 35) argumenta que o “potencial antissistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos”. Nesse ínterim, corroborando a argumentação do autor, para que os movimentos sejam “reciprocamente inteligíveis” precisam encontrar o caminho do comum. Entretanto, a perspectiva de contra-hegemonia é frágil para pensar em alianças políticas e de classe, para a busca do comum na luta popular.

¹ O objetivo de trazer o debate sobre cidadania para este artigo se deve ao nosso lugar institucional de pesquisa, caracterizado por abordar movimentos sociais há vinte anos e participar de grupos de pesquisa sobre comunicação comunitária, popular e alternativa em diferentes associações de pesquisa. Podemos afirmar que há certo consenso neste campo de estudos quanto ao uso da palavra “cidadania” para qualificar a comunicação desenvolvida no âmbito dos movimentos populares.

Os conceitos de “contra-hegemonia” e “hegemonia popular” podem se equivaler se a perspectiva de luta contra-hegemônica englobar a totalidade e encampar um projeto popular. Entretanto, na compreensão aqui desenvolvida, a ênfase recai sobre o potencial emancipatório do projeto popular contido na acepção de hegemonia popular, de um comum popular em contraposição ao “comum capitalista” (Dardot; Laval, 2017; Harvey, 2011). Ao analisar a hegemonia como processo, que tem estruturas internas complexas, que precisa ser renovado e recriado continuamente, Raymond Williams (1979, p. 115-116) destaca que a hegemonia “sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões”, e afirma adiante que temos que acrescentar ao conceito de hegemonia os conceitos de “contra-hegemonia” e “hegemonia alternativa”. Em ensaio posterior, Williams (2005, p. 217) sintetiza seu arcabouço teórico ao argumentar que “em qualquer sociedade e em qualquer período há um sistema central de práticas, significados e valores, que podemos definir propriamente como dominantes e efetivos”. Adiante, postula que há práticas culturais alternativas e de oposição à cultura dominante efetiva (Williams, 2005, p. 218). Williams (1979) pondera que a existência de oposição em sentido verdadeiro depende de forças sociais e políticas precisas, e que temos que considerar a existência de formas de vida social e cultura alternativas e de oposição como fatos da própria cultura dominante.

Associamos aqui a cultura de oposição a um projeto político popular, à hegemonia popular. Nosso argumento é que a dimensão do comum, imprescindível para a construção de um projeto popular, está na fronteira política, lugar da alteridade, de encontro, desencontro e contradição, onde há maior potencial para o desdobramento da comunicação política emancipatória, para a integração crítica e a luta pela hegemonia popular, desde que reconhecido este espaço comum de sujeitos explorados, oprimidos e expropriados (Bastos, 2021c). Ou, conforme Sodré (2002, p. 257), precisamos inscrever no pensamento comunicacional o horizonte do “comum”, da revitalização da experiência democrática, “da capacidade de articulação ético-política” das organizações regionais e populares”. A luta pelo comum está na intersecção proporcionada pelo popular, em última análise, na luta pela hegemonia popular.

Além da necessária luta pela democratização da comunicação, o que nos interessa particularmente aqui é desenvolver reflexão crítica com relação ao risco de insulamento da comunicação comunitária, popular e alternativa, em processo que denominamos “dialética da insularidade”. Conquanto possibilite potencialmente a participação cidadã, a educação e a visibilidade das pautas de interesse comunitário e popular, esse processo comunicacional é por vezes restrito às pautas, ao território, às

linhas políticas e ao universo cultural, semântico e simbólico das organizações e movimentos sociais responsáveis por essa comunicação. Nosso foco é a dimensão política e comunicacional desse insulamento, cuja margem de manobra é mais ampla. Contudo, não podemos deixar de afirmar que o insulamento das lutas populares se deve a determinações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, culturais e comunicacionais, e, em última instância, do capital. É claro que a intenção da comunicação comunitária, popular e alternativa e seu alcance político é algo que diz respeito aos agentes sociais envolvidos nesses processos comunicacionais, não sendo uma obrigatoriedade política ser contra-hegemônico ou lutar pela hegemonia popular. Entretanto, iniciativas políticas e comunicacionais que se pretendem ou se afirmam contra hegemônicas e, principalmente, que objetivam a construção de um projeto popular, não podem prescindir da reflexão científica e política sobre hegemonia popular, sendo necessário reconhecer e buscar formas de superar suas características insulares.

O reconhecimento de fazer parte do campo popular, das classes subalternas, é o nexos semântico e político que possibilita superar a condição de insularidade e encampar um projeto hegemônico ético-político de caráter popular. Além do reconhecimento das contradições estruturais em que estão inseridas, o processo de significação entre a classe trabalhadora acerca do sentido de classe, o processo pedagógico que cola o signo ao referente é a luta política, o agir em comum (Bastos, 2021c). De acordo com Dardot e Laval (2017), o agir comum envolve o engajamento dos sujeitos em uma mesma tarefa, o que implica a construção de normas que regulem a ação. O termo comum designa o princípio político da “coobrigação” para o engajamento em uma mesma atividade. É objetivo deste artigo contribuir com a compreensão da categoria hegemonia popular, mediação teórica e política com potencial para o reconhecimento e superação dessa condição de insulamento e encontro com um comum político emancipatório. Trata-se de conceito filosófico e político, que perpassa as obras de Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lênin, e Antonio Gramsci, e que objetiva analisar e impulsionar o processo de constituição das classes populares como classe social e como força política dirigente e dominante em determinada formação econômico-social,² com o intuito de superá-la.

Lênin e Gramsci não utilizaram o conceito de hegemonia popular em suas obras. Entretanto há inúmeros intérpretes de Gramsci, sobretudo na ciência política, que analisam a evolução do conceito de hegemonia, as aproximações e distanciamentos entre a concepção de hegemonia dos dois autores.

² Há uma correspondência entre modo ou relação de produção e formação econômico-social da sociedade: o que caracteriza a formação econômico-social da sociedade é o modo de produção que predomina na fase em questão e caracteriza toda a vida social, explica todos os vínculos sociais e permite compreender todos os momentos da vida da sociedade (Gruppi, 1978, p. 21).

Stuart Hall (2008, p. 313) utiliza o conceito de hegemonia popular ao se referir à centralidade da cultura, do “nacional-popular”, na análise de desenvolvimento social e prática política realizada por Gramsci, mas não aprofunda os debates acerca do conceito. Buscamos aqui, a partir do diálogo com as obras de Lênin, Gramsci e alguns de seus intérpretes, com autores dos estudos culturais como Raymond Williams e Jesús Martín-Barbero, construir uma síntese dialética sobre o que entendemos como hegemonia popular. Metodologicamente, o foco central do artigo é a pesquisa bibliográfica fundamentada na teoria crítica e no método dialético, mas também utilizamos alguns dados de pesquisa empírica com redes de organizações populares, a partir de análise documental, para demonstrar alguns esforços para o encontro com o comum na luta pela hegemonia popular. Na primeira seção deste artigo, será contextualizada e sintetizada a maneira como empiricamente se dá a disputa por um projeto popular e a luta por um comum no Brasil a partir de alguns dados sobre as principais frentes de esquerda que atuam em território nacional: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Na segunda seção, apresentamos a perspectiva de hegemonia popular em Lênin, e, na terceira, em Gramsci. Na última seção é exposta a perspectiva comunicacional de hegemonia a partir da noção de engajamento com o comum.

Desafio do comum para a articulação do campo popular nas redes de organizações populares: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo

Um dos focos do projeto de pesquisa³ mais amplo que origina este artigo é compreender a emergência e produção do comum a partir da América Latina. Para atingir esse objetivo, desenvolveram-se estudos empíricos, principalmente a partir de pesquisa documental, sobre redes de organizações populares no Brasil e na América Latina. Em um primeiro momento, foram pesquisadas as frentes de esquerda existentes durante as eleições de 2018 (Bastos, 2021a), e foi realizada uma análise comparativa sobre as postagens no Facebook da Frente Brasil Popular e do Movimento Brasil Livre (Bastos; Câmara, 2022). Em pesquisa atual (Bastos, 2022a), foram analisadas as redes internacionais de organizações populares e movimentos sociais Via Campesina e ALBA Movimentos, procurando identificar aproximações, distanciamentos, objetivos e formas de compreender e articular o comum.

³ Projeto *Engajamento, mídia e cotidiano: hegemonia em contexto de midiatização e plataformização*, apoiado pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da FAPERJ.

Há aproximações e divergências entre as duas principais redes de organizações e movimentos sociais que buscam articular as forças do campo popular. A partir de Gramsci (1966, 1968), o caminho para a construção da hegemonia da classe trabalhadora, da hegemonia popular, está na construção do poder a partir da cultura popular, na formação do bloco hegemônico da classe trabalhadora também como cultura. Ou, conforme Stuart Hall (2008, p. 246, grifo nosso): “a capacidade de constituir classes e indivíduos enquanto força popular — esta é a natureza da luta política e cultural: *transformar* as classes divididas e os povos isolados — divididos e separados pela cultura e outros fatores — em uma força cultural popular-democrática”. Ambas as frentes de esquerda nacionais surgem em 2015, a Frente Brasil Popular em abril e a Frente Povo Sem Medo em outubro, no processo de luta pela sustentação do governo de Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), e contra o impeachment. Entretanto, a composição de duas frentes já denota que não há organicidade nas estratégias, propostas e bandeiras de luta para comporem uma única frente do campo popular, o que não impede que ocorram momentos de unidade na luta política. Embora as frentes busquem unidade do campo popular em alguns momentos específicos, o que prevalece são estratégias, conteúdos e linguagens que refletem as especificidades políticas e ideológicas de cada frente e suas organizações participantes. Durante a campanha presidencial de 2018, podemos identificar um momento de unidade política no início do segundo turno das eleições, quando se conflagra a polarização entre os candidatos à presidência da República: Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, naquele momento do Partido Social Liberal (PSL). Contudo, o teor dos enunciados da Frente Povo Sem Medo, apoiadora dos candidatos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), esteve mais centrado na crítica ao candidato Bolsonaro do que na aliança com o PT e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O uso mais frequente das hashtags #DitaduraNuncaMais e #EleNão comprova esta argumentação (Bastos, 2021a).

A Frente Brasil Popular dispõe de estrutura organizativa e estratégias de luta e comunicação mais bem definidas e publicizadas, inclusive com relação às entidades participantes, enquanto a Frente Povo Sem Medo apresenta informações bastante limitadas em seus canais de comunicação. Em coletiva de imprensa que antecedeu o lançamento oficial da Frente Povo Sem Medo, em 9 de outubro de 2015, realizada no centro de São Paulo, representantes dos movimentos que compõem a Frente Brasil Popular fizeram esforços para minimizar as diferenças. Douglas Izzo, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo, afirmou que o objetivo das duas frentes é o mesmo: “a defesa do direito dos trabalhadores contra a política econômica recessiva que aplica a alta dos juros e retira recursos de programas sociais”, e que a única diferença é que “a Frente Povo Sem Medo é

constituída exclusivamente por setores do movimento social e sindical, enquanto a Frente Brasil Popular é ampla e [dela] participam partidos de esquerda” (Bedinelli, 2015). Contudo, também há partidos de esquerda e organizações coligadas na Frente Povo Sem Medo, como é o caso dos movimentos estudantis Juntos! e RUA – Juventude Anticapitalista, ligados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e à Central Sindical Popular (CSP) Conlutas, ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). São justamente as divergências de programas e tendências político-partidárias, bem como as aproximações e alianças de movimentos sociais com a política partidária, as principais razões da existência de duas frentes. Dois dos principais movimentos sociais da contemporaneidade também atuam em lados distintos na composição das frentes: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Frente Brasil Popular, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na Frente Povo Sem Medo.

Resumidamente, desde 2003 as forças de esquerda dividiram-se em três grupos: oposição ao governo federal do PT pela esquerda, os governistas, e uma terceira via, da qual o MST⁴ assume fazer parte, uma vez que entende ser necessário politicamente não ser nem oposição sistemática e nem adesão subordinada a qualquer governo (Bastos, 2021c). Em pesquisa sobre as disputas por hegemonia no campo da esquerda, entre 2003 e 2018, Benedito (2018, p. 15) identifica, ao acompanhar as manifestações de junho de 2013, um crescente atrito entre o que considera atores hegemônicos e opositoristas. Os primeiros são caracterizados pelos grupos militantes alinhados com o PT e a CUT, e os últimos são compostos por movimentos sociais que cresceram nos anos de governo petista, a partir de 2003, como o MTST e o Movimento Passe Livre (MPL).

Apesar dos reveses pós-2013 e da paulatina atividade de oposição da esquerda, Benedito (2018) avalia que a hegemonia petista se mantém. Contudo, a oposição de esquerda, com o protagonismo do PSOL e MTST, tornou-se mais influente e tem contribuído para renovar e pluralizar a militância. O autor conclui que a hegemonia no campo da esquerda está em disputa, e seu futuro dependerá da capacidade dos coletivos superarem a fragmentação e proporem um horizonte estratégico que paut e dispute a sociedade. Para isso, é fundamental conseguir superar o que definimos como *interação especular* (Bastos, 2018), um modo de interação mediada que reflete a identidade do sujeito, tratado eminentemente pelo sistema de algoritmos das plataformas digitais como dados que constituem determinado perfil de público-alvo para anúncios publicitários personalizados. Conquanto este tipo

⁴ Este quadro foi narrado por João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, em entrevista concedida em 1 de abril de 2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

de interação se constitua principalmente com a mediação dos sites de redes sociais (SRS), nossas análises identificam um processo de retroalimentação entre os filtros bolha (Pariser, 2012), constituídos pelo sistema de algoritmos, e as bolhas constituídas na sociabilidade cotidiana (Bastos, 2021a), nas interações sociais dos indivíduos com grupos e instituições em espaços como a escola, a família, amigos, a igreja, o bairro, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais etc. É um desafio para as organizações populares conseguir furar essas bolhas digitais e presenciais.

Hegemonia popular em Lênin: a origem negada

Identificamos desenvolvimentos preliminares da categoria hegemonia nos ensaios desenvolvidos por Plekhanov (1976) durante os anos de 1882 e 1883, e publicado em formato de livro no ano de 1896, em Stuttgart, na Alemanha. Löwy, Duménil e Renault (2015) explicam que o conceito começa a ser utilizado no século XIX por marxistas russos, primeiramente por Plakhanov e seus camaradas mencheviques Julius Martov e Pavel Axelrod. Posteriormente, Lênin e os bolcheviques passam a utilizar a categoria hegemonia para se referirem à direção do proletariado russo no processo revolucionário de derrubado do czarismo, articulando-se já nesses primeiros desenvolvimentos com outras categorias desenvolvidas posteriormente por Gramsci como campesinato, os intelectuais e a burguesia democrática.

É em Lênin que podemos identificar os fundamentos teóricos e políticos utilizados por Gramsci (1999, p. 242) em seus escritos, que creditam ao revolucionário russo “a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia”. Portanto, embora bastante associado a Gramsci, o conceito de hegemonia tem histórico anterior e desenvolvimentos fundamentais principalmente encontrados em Lênin. A origem do conceito de hegemonia em Lênin, com raras exceções, é obnubilada nos estudos de comunicação. Isso se deve a razões científicas, históricas e políticas. A maneira como o conceito de hegemonia foi apropriado e desenvolvido nos estudos de comunicação, sobretudo com forte influência dos estudos culturais latino-americanos, expropriou o caráter econômico e de classe presentes nas formulações de Lênin e Gramsci. Para ficarmos no exemplo mais difundido e influente, em sua obra mais conhecida, *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, Jesús Martín-Barbero (2006) consolida seu projeto intelectual de estudar a comunicação a partir da cultura. Como diz o título, a inflexão se dá na mudança de foco dos meios para as mediações, para as articulações entre práticas de comunicação, cultura, política e movimentos sociais. O foco no popular

a partir da cultura de Barbero se difere substancialmente do popular como liame das classes populares em seus processos de luta para a conquista da hegemonia. Martín-Barbero (2006, p. 111) afirma que o interesse das ciências sociais críticas pela cultura, particularmente pela popular, deve-se em boa parte a Gramsci. Mendes Moraes (2018, p. 174) afirma que “a apropriação do conceito gramsciano de hegemonia pelos estudos de viés cultural produziu inflexões importantes na história das teorias da comunicação”. Também conforme a autora, na sua leitura de Martín-Barbero, “as culturas subalterna e hegemônica não são necessariamente externas nem contrapostas, como se imaginava. Elas travam uma batalha cujo resultado é a frequente reelaboração e imbricação de uma na outra” (Mendes Moraes, 2018, p. 183). Embora reconheça a dimensão de classe na cultura popular em Gramsci, Martín-Barbero identifica o popular como

esse “lugar” desde o qual se pode historicamente abarcar e compreender o sentido adquirido pelos processos de comunicação, tanto dos que superam o nacional “por cima”, isto é, os processos —macro que o lançamento de satélites e as tecnologias da informação envolvem, como aqueles que os superam “por baixo”, desde a multiplicidade de formas de protesto “regionais”, locais, ligados à existência negada, porém viva, da heterogeneidade cultural (Martín-Barbero, 2004, p. 127).

Certamente, Martín-Barbero tem contribuições inestimáveis aos estudos culturais latino-americanos e aos estudos de comunicação, nossa crítica aqui é à apropriação do conceito de hegemonia, cuja centralidade atribuída à dinâmica cultural entre o massivo e o popular, os entrecruzamentos e as mediações culturais da comunicação constituídas nos formatos industriais massivos e nas práticas culturais cotidianas, expropria o foco leninista e gramsciano no popular como meio para construção da hegemonia da classe trabalhadora, da hegemonia popular. Conforme a afirmação de Lênin, às vésperas da revolução Russa, “a revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser ‘popular’ com a condição de englobar o proletariado e os camponeses. [...] Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível” (Lênin, 1978b, p. 44-45).

Quanto às razões históricas e políticas do silenciamento de Lênin na academia, notadamente nos estudos de comunicação, Marcelo Braz (2015, p. 62) afirma que esse “repúdio foi se estruturando ao longo do século XX e por motivos claramente ideológicos”. Além disso, também conforme Braz (2015), a “canonização” de Lênin, de sua obra e do partido por ele idealizado, o “marxismo-leninismo, tornado o marxismo oficial de Stalin, tratou de ossificar as teorias de Lênin, especialmente aquelas voltadas para a prática política”. Nesse ínterim, trazer Lênin para este debate é buscar

atualizar a concretude científica e política de suas proposições, além de uma crítica à maneira como o percurso histórico das apropriações e desenvolvimentos do conceito de hegemonia e o protagonismo de Lênin têm sido ignorados em nossa área.

A valorização das contribuições de Lênin vai além da historicidade do conceito, pois o autor apresentou as bases teóricas e políticas que serão posteriormente utilizadas por Gramsci em suas formulações, com destaque para o trabalho teórico-intelectual, à importância do partido na formação dos intelectuais, na organização da luta política e ao conceito de hegemonia como aliança de classes. Luciano Gruppi (1978, p. 1) salienta que a “hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin”. A conexão entre teoria e prática na política permite a Gramsci afirmar que “a teoria e a realização da hegemonia do proletariado (e com esse termo, referindo-se a Lênin, indica a ditadura do proletariado) têm um grande valor filosófico”, afinal, representa a transformação, uma nova estrutura econômica, uma nova sociedade, outra organização política, além de uma nova orientação ideológica e cultural (Gruppi, 1978, p. 2).

Lênin desenvolve o conceito de hegemonia, que aparece no texto *Democracia da classe trabalhadora e democracia burguesa*, de 1905, no contexto da primeira revolução russa, para defender a tese de que, naquele momento, o liberalismo poderia ter apoio dos social-democratas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) se houvesse uma aliança de classes contra a autocracia. Para a social-democracia russa, a revolução de 1905 se apresentava como uma revolução de caráter democrático-burguês (com exceção da posição particular de Trotsky, segundo a qual esta revolução seria democrática, mas só se afirmaria como revolução socialista). A posição dos mencheviques é a de que, por se tratar de revolução democrático-burguesa, a direção cabe à burguesia liberal e democrática, cabendo ao proletariado apoiar a revolução, mas sem ser protagonista. Lênin tinha posição adversa: a de que caberia ao proletariado a direção e o protagonismo nessa revolução democrático-burguesa. A posição dos bolcheviques advém de análise concreta sobre a formação da burguesia russa.

Em suma, a burguesia russa era uma burguesia débil, que não tinha a capacidade de se afirmar de modo autônomo e de pôr-se à cabeça da revolução; não tinha a capacidade de conduzir a sua revolução a soluções democráticas consequentes; terminaria por parar no meio do caminho, no compromisso com o czarismo e com as camadas feudais (Gruppi, 1978, p. 6).

O teórico político e revolucionário russo deixa claro que é a liderança do proletariado que deve prevalecer para fazer da hegemonia uma realidade, e não os democratas vacilantes (burgueses).

Do ponto de vista do proletário, a hegemonia em uma guerra consiste em quem luta de forma mais enérgica, quem nunca perde a chance de golpear o inimigo, aquele cujas palavras não diferem dos fatos, que é, portanto, o líder ideológico das forças democráticas, que critica as políticas vacilantes de todos os tipos⁵ (Lênin, 2009, p. 79, tradução nossa).

Já é possível inferir também que Lênin acena para a liderança do proletariado junto aos camponeses, e o peso que confere à liderança ideológica, para além do aspecto militar que está na origem histórica e etimológica de hegemonia.⁶ Para o teórico revolucionário russo, espontaneamente, pelas próprias forças, os operários só chegariam ao sindicalismo, à “escravidão ideológica dos operários pela burguesia” (Lênin, 1978a, p. 32). Isso porque a ideologia burguesa é mais antiga, completamente elaborada e dispõe de meios de difusão “infinidamente maiores” (Lênin, 1978a, p. 33). A consciência social-democrata, a teoria socialista, o conhecimento político, chega pela luta teórica, científica, intelectual e política. “Devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política” (Lênin, 1978a, p. 35). Na perspectiva leninista, a luta do movimento operário tem que se desenvolver em três direções: teórica, política e econômico-prática (resistência contra o capital). Esse aspecto da educação política será valorizado por Gramsci no percurso teórico da sua concepção de hegemonia.

A perspectiva da hegemonia popular em Gramsci

O conceito de hegemonia abarca a totalidade, a relação concreta e de múltipla determinação entre estrutura e superestrutura em determinada formação econômico-social, tendo como horizonte ético-político a superação do bloco histórico e constituição de outra formação econômico-social. De acordo com Gramsci (2007), em coerência com o materialismo dialético, “se a hegemonia é ético-política,

⁵ “From the proletarian point of view hegemony in a war goes to him who fights most energetically, who never misses a chance to strike a blow at the enemy, who always suits the action to the word, who is therefore the ideological leader of the democratic forces, who criticises half-way policies of every kind”.

⁶ O termo “hegemonia” deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, ser o “senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar (Gruppi, 1978, p. 1).

não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, 2007, p. 48). Ao destacar um dos aspectos de uma formação hegemônica, como a dimensão cultural, incorre-se no erro de ocultar a totalidade do processo, sua dimensão filosófica, econômica e política. Seria como analisar a imagem de um quebra-cabeça a partir de uma peça, reduzindo ou negando a complexidade dialética da integração e múltipla determinação entre as partes constitutivas e sua totalidade. A evolução do conceito de hegemonia em Gramsci acompanha o desenvolvimento histórico e teórico de sua obra. Algumas categorias de análise, que serão desenvolvidas a seguir, são fundamentais para compreender o caráter filosófico e político, teórico e prático, de hegemonia.

Ao conjunto de equilíbrio do poder entre base e superestrutura, forças materiais e ideológicas, Gramsci dá o nome de “bloco histórico”. “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo — contraditório e discordante — das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. (Gramsci, 1966, p. 52). O conceito de bloco histórico foi criado por Sorel, mas teve outro sentido atribuído por Gramsci. Em Sorel, “o conceito descrevia um sistema de imagens, um mito capaz de manter acesa a chama revolucionária, que é preciso tomar ‘em bloco como forças históricas’” (Sorel *apud* Bianchi, 2008, p. 137). A superestrutura não se realiza e se expressa somente como ideologia, há diferentes níveis — jurídico, artístico, científico —, com suas especificidades, formas, conteúdos e potencialidades históricas de “ação reflexa”, o que na dialética marxiana aparece como *Wechselwirkung*, ou seja, a ação de “retorno da superestrutura sobre o que supostamente a determina ou o que, na teoria sistêmica, se descreve como retroação” (Sodré, 2014b, p. 11).

Para Gramsci, a ciência também é uma categoria histórica e, entre os níveis da superestrutura, a que tem particular potencial de ação reflexa: “no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento...” (Gramsci, 1966, p. 71). Por isso a formação de novos intelectuais orgânicos, oriundos das camadas populares, é prática central na luta pela hegemonia política, pela conquista do dirigismo político-ideológico, para a transformação histórica e constituição de novo bloco de poder. Para José Aricó (1998, p. 5), a perspectiva gramsciana de hegemonia supera a noção leninista de aliança de classes ao enfatizar a constituição dos sujeitos sociais em tensão, absorção e deslocamento de posições “econômico-corporativas”, que os impossibilitam de se tornar Estado.

Conforme o marxista argentino, a hegemonia é o movimento de construção social da realidade, de formação dos agentes sociais como força hegemônica no processo de tornar-se Estado (Aricó, 1998).

Na perspectiva de hegemonia em Lênin e Gramsci, o Partido Comunista, o Príncipe moderno para Gramsci, é o grande responsável pela organização e formação política, pela construção da unidade entre teoria e prática revolucionária. Este tem a função de elaborar a concepção de mundo, com ética e política adequadas, e construir a unidade entre teoria e prática, um trabalho filosófico, pedagógico e político. O partido é o organizador político que suscita a vontade racional, prática conscientemente adequada às necessidades objetivas históricas, que pode ser representada inicialmente pelo indivíduo, mas que é necessariamente coletiva, universal. A racionalidade da categoria de vontade gramsciana está na coletividade, quando é acolhida “por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é, ela se torna uma cultura, um “bom senso”, uma concepção do mundo, com uma ética adequada à sua estrutura (Gramsci, 1966, p. 33). Para o fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), cada classe, “cada camada social tem seu ‘senso comum’ e seu ‘bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica” (Gramsci, 1968, p. 178). Para Bianchi (2008, p. 82), se o objetivo de Gramsci era constituir uma nova filosofia da massa a partir da filosofia da práxis, uma concepção de mundo capaz de organizar intelectualmente as classes subalternas, era necessário empreender a luta dessa filosofia contra o senso comum. Gramsci buscava entender de que forma essa visão de mundo contida na cultura popular, na filosofia do povo ou do “senso comum”,⁷ poderia sustentar, cultural e ideologicamente, a conquista da direção política pela classe trabalhadora. Constatou que a filosofia popular era heterogeneamente estruturada a partir de elementos progressistas, mas também “preconceitos” e filosofias das classes dominantes, historicamente sedimentada (Gramsci, 1966, p. 12). Essa passagem tem destacada relevância, pois o filósofo sardo demonstra não ter ilusões nem essencializações com relação à cultura popular, embora reconheça que seja um lugar fundamental e concreto para se organizar politicamente e filosoficamente as lutas políticas de caráter revolucionário.

⁷ Gramsci considera que todos somos filósofos e que no senso comum está implícita uma visão de mundo. “Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por ‘folclore’” (Gramsci, 1966, p. 11).

No primeiro desenvolvimento mais fundamentado do termo hegemonia, no período pré-carcerário, Gramsci faz uso bem semelhante ao de Lênin na sua formulação original, e enfatiza a hegemonia proletária, do Estado operário, havendo dessa maneira clara associação com as formulações de Marx e Lênin. Entretanto, Gramsci destaca que, para o proletariado italiano se tornar dirigente e dominante na luta socialista, deve criar um “sistema de alianças de classes” contra o capitalismo e o Estado burguês, o que significa conseguir na Itália o “consenso das largas massas camponesas” (Gramsci, 1978, p. 174). Podemos assinalar aqui uma diferença na concepção de hegemonia entre Gramsci e Lênin: Gramsci se refere à capacidade dirigente, mas também à direção e à dominação, enquanto Lênin “entende por hegemonia sobretudo a função dirigente” (Gruppi, 1978, p. 11). Com a superação dialética da perspectiva leninista por Gramsci, hegemonia se torna um amplo e complexo processo político, pedagógico e comunicacional de construção e manutenção do poder, nacional e internacional, que envolve o consentimento e o conjunto de todas as classes sociais, instituições da sociedade civil e o Estado, em equilíbrio historicamente conjuntural, com possíveis instabilidades, estruturado na base econômica e na direção moral, intelectual, política e cultural da maioria dos cidadãos por uma determinada classe ou aliança de classes (Bastos, 2021c).

A preocupação de Gramsci com a função dos intelectuais deriva de questão política e do lugar que ocupam os intelectuais na sociedade moderna, conforme o desenvolvimento histórico do Estado e sua ampliação. A ampliação do Estado ocorre em processo histórico de incorporação das funções de direção e dos aparelhos de hegemonia que desempenham essas funções. Processo característico dos países capitalistas centrais, ou do Ocidente, na metáfora gramsciana (Bianchi, 2008). Ou conforme Burgos (2017, p. 148), “a sociedade civil é Estado na medida em que é nessa esfera que os projetos políticos que disputam a direção da vida social constroem as condições de sua possibilidade, articulando seus próprios aparatos de hegemonia”. Bianchi (2008, p. 120) observa que, na teoria do Estado de Gramsci, o conceito de hegemonia complementava a teoria do Estado-força, não o contrapunha. A direção política, com lugar privilegiado na sociedade civil, não anula as funções de dominação da sociedade política. Nesse caminho, surge a necessidade de teoria que contemplasse o *Estado integral* ou *orgânico*.

A percepção das funções de direção incorporadas ao Estado trouxe a questão dos intelectuais no pensamento gramsciano para o primeiro plano. Discussão que pode ser traduzida na relação entre dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados, na consubstanciação da dominação de uma classe ou fração desta sobre a sociedade (Bianchi, 2008). Como alerta Bianchi (2008, p. 79), a articulação das

duplas conceituais gramscianas, direção e dominação, e sociedade civil e sociedade política, são multidimensionais, operam em unidade-diferenciação, e “o lugar ocupado pelos intelectuais é chave para compreender essa unidade-diferenciação, pois são eles os agentes de ambas as funções”. Gramsci (1968, p. 3) atesta que os intelectuais orgânicos são criados em todo grupo social, a partir de função essencial na produção econômica, com a função de lhes dar homogeneidade e consciência de sua função no campo econômico, social e político. A elaboração de nova concepção intelectual de mundo em articulação com prática política coerente com essa concepção é o caminho para superar o nível econômico-corporativo, o interesse de classe imediato, e passar ao nível da luta pela constituição de nova hegemonia a hegemonia popular. Para Gramsci, a importância dos partidos políticos se deve à capacidade de concretizar essa fusão, o nexo teórico-prático do conceito de hegemonia (Bianchi, 2008).

Na concepção de Estado ampliado⁸ de Gramsci, a sociedade política, correspondente às forças coercitivas e educadoras do Estado, soma-se à sociedade civil, que tem nas suas instituições, ou aparelhos privados de hegemonia — imprensa, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de classe e organizações diversas —, os espaços por excelência de formação política e ideológica, questionando ou fortalecendo o bloco de poder estabelecido. Conforme precisa síntese de Moraes (2010, p. 59), os aparelhos privados de hegemonia funcionam como “caixas de ressonância de posições presentes nas pelepas ideológico-culturais”. As referências ao “aparelho hegemônico” aparecem desde as primeiras notas em que Gramsci fala de hegemonia. Quando começa a elaborar seu novo conceito de hegemonia, com relação ao usado no período pré-carcerário, ainda no *Quaderno 1*, em passagem sobre a história política francesa, é feita menção ao seu difícil exercício em período pós-guerra, com a “quebra” do aparelho hegemônico. Dessa maneira, o conceito aparece como fundamental para o exercício da hegemonia, e sua desagregação leva à crise desta. O conceito de aparelho hegemônico cria também um elo conceitual com o “Estado integral”, conceito ainda em formação naquele momento, e “oferece uma base material à concepção gramsciana de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal” (Liguori, 2014, p. 76). No *Quaderno 10*, aparelho hegemônico e ideologia aparecem vinculados explicitamente. O aparelho hegemônico serve para criar um “novo terreno ideológico”, para consubstanciar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo” (Liguori, 2014, p. 77). Coutinho (1992, p. 77) ressalta que a novidade na formulação de Gramsci não está tanto em relação ao conceito de hegemonia, desenvolvido inicialmente por Lênin, mas ao mostrar que a hegemonia, como “figura social”,

⁸ A expressão “teoria ampliada do Estado” foi cunhada por Christine Buci-Glucksmann em 1975, em seu livro *Gramsci e o Estado*, a partir das reflexões de Gramsci.

apresenta base material própria, espaço autônomo e específico de manifestação (Coutinho, 1992, p. 77). Essa materialidade da hegemonia é objetificada pelos aparelhos privados, pela sociedade civil.

Hegemonia, engajamento e aparelhos populares de hegemonia

Para Gramsci, o que muda realmente o panorama ideológico de uma época, o caminho à transformação ética e política para conquista do poder, é a elevação intelectual de camadas populares cada vez mais vastas (Gramsci, 1966, p. 27). Esse processo de luta contínua pela conquista do poder entre hegemonias políticas conflitantes no campo ético, ideológico, filosófico e político, é denominado por Gramsci como “guerra de posições”. Bianchi (2008, p. 205) salienta que a “guerra de posição” era uma exigência objetiva devido às circunstâncias políticas e sociais. Conforme o autor, “a ação política das classes subalternas, portanto, deveria ter como objetivo a desarticulação da guerra de posição das classes dominantes”. Burgos (2017, p. 156) entende que o sujeito da guerra de posições é um “sujeito projeto”, por isso a importância de um projeto hegemônico. A partir de reflexão de Peter Thomas (2009), Hoeveler (2019) avalia que o potencial poder político de uma classe depende de sua habilidade para desenvolver formas institucionais que sejam adequadas a seu projeto hegemônico. A capacidade de uma classe dirigir as demais pressupõe a habilidade de conexão na sociedade política com sua “base social” na sociedade civil. Nesse sentido, a batalha está sendo perdida para a hegemonia dominante. Contudo, como alerta Gramsci, a luta pela hegemonia é um processo com instabilidades conjunturais. Nesse ínterim, propõe-se a reflexão sobre engajamento crítico (Bastos, 2020) como imprescindível para o despertar da consciência política e constituição da vontade coletiva gramsciana, de um bloco teórico-prático, intelectual e moral, ético-político que supere o bloco histórico vigente.

Por meio da compreensão formulada por Lukács, de que a ideologia constitui o *medium* que possibilita à práxis política ultrapassar o interesse imediato de classe e alcançar o momento socialmente universal, Carlos Nelson Coutinho (1992, p. 66) atesta que, em termos gramscianos, “isso significa dizer que a ideologia é o *medium* da hegemonia”. O processo que compreendemos como engajamento se constitui na vinculação social, afetiva e gustativa do sujeito com determinada ideologia, portanto se configura como dimensão comunicacional e sensível atuante no engendramento da hegemonia (Bastos, 2020). Em termos gerais, a vinculação social se estabelece na sociabilidade cotidiana, nas práticas e processos socioculturais que medeiam a construção de sentidos. A vinculação

afetiva e gustativa é a dimensão do envolvimento objetivo e subjetivo do sujeito com determinada ideologia, envolve a dimensão estética e sensível que denota a concretude de determinada ideologia na práxis social e interativa. Se o indivíduo gosta de certa organização e do conteúdo desenvolvido por ela, pressupõe-se determinado conhecimento anterior para a formação deste gosto, a existência de determinações econômicas, sociais e culturais, o vínculo com determinada ideologia, cada vez mais midiaticizada. Muniz Sodré (2002) compreende a vinculação entre sujeitos, na luta pela hegemonia política e econômica ou no empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias, como o núcleo teórico da comunicação. “Vinculação” para Sodré (2002, p. 223) é “a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos”. Em síntese, compreendemos engajamento como *conceito vinculativo* (Bastos, 2022b). “O engajamento atua como elo entre o que acontece na ponta das disputas por hegemonia e a estrutura social, a vinculação dos sujeitos com uma ideologia que sustenta as relações políticas e de classe, amalgamando estrutura e superestrutura”, o que pode sustentar a hegemonia vigente ou possibilitar a construção da hegemonia popular.

A perspectiva apresentada é de que o engajamento é erigido na fricção entre o ser e a consciência social e política, é a vinculação que se estabelece entre a práxis social e a práxis política do sujeito, mediante interações sociais cotidianas mediadas e midiaticizadas por aparelhos privados de hegemonia (Bastos, 2020). Atesta-se que é fundamental para o desenvolvimento da consciência política que, de acordo com Gramsci (1966, p. 21), é a consciência de fazer parte de determinada força hegemônica, a práxis interativa em aparelhos populares de hegemonia. Propõe-se o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular. A comunicação comunitária, popular e alternativa orientada por um projeto de hegemonia popular tem potencial para contribuir com o momento catártico gramsciano, com a “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura” (Gramsci, 1966, p. 53). Nesse processo teórico-prático, ético político, a construção da vontade coletiva pressupõe a habilidade política das organizações populares em engajar a sociedade e sua base política na luta pela hegemonia popular.

Considerações finais

Como foi argumentado neste artigo, observa-se com frequência o uso banalizado e hipostasiado do conceito de contra-hegemonia nos estudos de comunicação. Ora, se considerarmos qualquer leitura ou discurso críticos como contra-hegemônicos, vivemos no arquipélago do bloco de poder com uma grande diversidade de ilhas contra-hegemônicas, que não ameaçam a ordem social e política hegemônica. E isso acontece porque essas ilhas de contra-hegemonia estão cercadas por um oceano que desconhecem, pois composto por particularizados códigos linguísticos e lógicas de sociabilidade política. Dessa maneira, não conseguem se comunicar, reconhecer-se umas nas outras, porque não se identificam e não se vinculam, mesmo ocupando o mesmo lugar de exploradas, oprimidas ou subalternizadas, conforme o léxico gramsciano. Por isso destacamos a perspectiva da luta pela hegemonia popular, pela cidadania ampliada, o processo de comunicação das classes populares, do reconhecimento acerca da situação de comarginalidade, que pode proporcionar o engendramento de uma linguagem comum, da comunicação política emancipatória.

A mediação crítica e comum da luta pela hegemonia pode ser possibilitada pela linguagem da contradição, a linguagem da teoria crítica (Debord, 2003, §204), pela fricção intercultural dos movimentos populares, o que pode desvelar os contrários, a unidade da diversidade que compõe a totalidade. A aliança política e de classe que sustenta o bloco de poder não pode ser ameaçada se os diversos núcleos de luta com potencial contra-hegemônico permanecerem insulares, contra-hegemônicos circunscritos ao seu território espacial e semântico, portanto sem alcançar a lógica e a concretude da totalidade, sem serem de fato contra-hegemônicos.

Na perspectiva comunicacional acerca da hegemonia proposta neste artigo, a noção de engajamento com o comum é central. De um lado este processo pode fortalecer o comum capitalista, por outro, encaminhar social e politicamente a sua superação por meio da luta pela hegemonia popular. As noções de hegemonia e hegemonia popular se relacionam inextricavelmente com o comum, pois são processos de construção do poder ou contrapoder que necessitam continuamente vincular os sujeitos, engajá-los em determinada noção do comum que sustente, reflita e refrate projetos ético-políticos (Bastos, 2022c). Na perspectiva de construção da hegemonia popular, a noção de engajamento com o comum fundamenta e aponta o caminho epistemológico e político, que pode superar a condição de insulamento e viabilizar a comunicação entre diferentes formas de luta com potencial contra-

hegemônico na disputa contra a hegemonia do capital, contra o comum capitalista, vinculadas por um comum simbólico e político de caráter popular.

Referências

ARICÓ, José. O itinerário de Gramsci na América Latina. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 3, n. 5, 1998.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018. *E-Compós*, Brasília, DF, v. 24, 2021a. DOI: 10.30962/ec.2070. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2070>. Acesso em: 27 maio 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos. In: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (orgs.). *Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva*. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021b. v.1, pp. 221-248.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Comunicação, interação e engajamento: fronteiras epistemológicas e alcances políticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. *Anais [...]*. Joinville: Intercom, 2018.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. *MATRIZES*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 193-220, 2020. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v14i1p193-220. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540>. Acesso em: 27 maio 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Engajamento com o comum e as disputas por hegemonia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 31., 2022, Imperatriz. *Anais eletrônicos [...]*. Campinas: Galoá, 2022c. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/papers/engajamento-com-ocomum-e-as-disputas-por-hegemonia>. Acesso em: 29 maio 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Hegemonia e engajamento em contexto de midiaticização e plataformização. *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e6066, 2022b. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6066. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6066>. Acesso em: 29 maio 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. *Marcha Dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021c.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Via Campesina e ALBA dos Movimentos Sociais: engajamento e luta pelo comum na América Latina. In: CONGRESO ALAIC, 16., 2022. *Anais eletrônicos [...]* Buenos Aires: ALAIC/FADECCOS, 2022a. Disponível em: <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/350>. Acesso em: 29 maio 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete.; CÂMARA, Gabryella Eloi. Análise comparativa sobre as postagens no Facebook da Frente Brasil Popular e do Movimento Brasil Livre (MBL). In: MILHOMENS, L. (org.).

Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022. 248 p.

BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. *El País*, São Paulo, 8 out. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em: 4 out. 2023.

BENEDITO, Sérgio Mendonça. *Hegemonia em transição: um estudo histórico-político sobre o campo da esquerda no Brasil contemporâneo (2003-2018)*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. Campinas: Alameda, 2008.

BRAZ, Marcelo. Lutas de classes, luta revolucionária e partido em Lenin: significado e atualidade do *Que fazer?*. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos. *Lenin: teoria e prática revolucionária*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BURGOS, Raul. Para uma teoria integral da hegemonia: uma contribuição a partir da experiência latino-americana. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 39, set./dez. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. [S. l.]: eBookLibris, 2003.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HARVEY, David. The Future of the Commons. *Radical History Review*, Durham, NC, n. 109, p.101-107, 2011.

HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, ano 4, n. 5, p. 145-159, ago./dez. 2019.

LENIN, V. I. Working-Class and Bourgeois Democracy. *In: Collected Works*. VOLUME 8. January – July 1905. Moscow: Progress, 2009. v. 8.

LÊNIN, V.I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1978b.

LÊNIN, V.I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978a.

LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. *In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael; DUMÉNIL, Gerard; RENAULT, Emmanuel. *Cem palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez, 2015. Livro eletrônico.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MENDES MORAES, Gláucia da Silva. O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações. *Matrizes*. v. 12, n. 1, p. 173-188, jan./abr. 2018.

MORAES, Dênis de. *A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global*. [S. l.: s. n.], 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-hegemonia.html>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PLEKHANOV, Georgi. Essays on the History of Materialism. *In: PLEKHANOV, Georgi. Selected Philosophical Works*. Moscow [s. n.], 1976. v. 2, p. 31-182.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf . Acesso em: 2 jan. 2015.

SCHNEIDER, Marco. Internet e cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. *Estudos em Comunicação*, n. 12, p. 279-292, 2012.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela T. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. *In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. (org.). Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: FIC/UFG, 2016. v. 1, p. 15-35.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014a.

SODRÉ, Muniz. Sobre os avatares da hegemonia. *In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAIC), 12., 2014, Perú. Anais [...].* Perú: ALAIC, 2014b.

THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Philosophy, hegemony and Marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

WILLIAMS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Notas

Edição para revista ampliada de paper submetido ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXIX Encontro Anual da Compós. Pesquisa desenvolvida com o apoio do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Sobre o autor

Pablo Nabarrete Bastos é professor do Departamento de Comunicação Social da UFF, professor permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF. Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Realizou pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE-FAPERJ) (Período 2021-2024).

Data de submissão: 15/07/2021

Data de aprovação: 12/05/2023